



Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 29 / 06 / 2022

Com: Por UNANIMIDADE

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2021

I – ABERTURA -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 20h45m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, por videoconferência, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 28/8/2021 a 14/12/2021 -----

----- Ponto 2 – Derrama ----- P 19-A/P/2021

----- Ponto 3 – Participação de 5% IRS ----- P 20-A/P/2021

----- Ponto 4 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) ----- P 21-A/P/2021

----- Ponto 5 – Fixação das Taxas de IMI para 2022 ----- P 22-A/P/2021

----- Ponto 6 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal — Proc. 31/21 PIP¹ - GEPACK ----- P 27-A/P/2021

II – PRESENÇAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- Presidente – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- Primeiro Secretário – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- Segunda Secretária – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, Armando Jorge Adrião Calixto, António Rodrigues Torrão, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudio André Serrano Horta Salema, Cláudia Helena Domingos Gomes, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Batista Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, Tiago João de Freitas Santos em substituição de José Vieira Navarro de Andrade, Lúcio Manuel Cardador Costa, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues e Sérgio Paulo de Sousa Alexandre. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- Presidente – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- Vice-Presidente – António José Mateus de Matos -----



----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho, Mara Lúcia de Almeida Oliveira, Rui Pedro Figueiredo Corça, José Paulo de Carvalho Pereira e Maria Inês da Graça Louro. -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de Quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na sua atual redação, fora solicitada substituição, nesta Sessão, pelo PSD, o senhor José Vieira Navarro de Andrade, sendo substituído pelo senhor Tiago João de Freitas Santos. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta Sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido por mail 1 pedido de Esclarecimento do Sr. António Gonçalves que a Sra. presidente leu e que se transcreve: *Para quando se encontra prevista a requalificação com alargamento das faixas de rodagem e criação de valetas no arruamento que vai da Socasa, passando na frente do Estádio e segue em diante na ligação à Estrada de acesso a Aveiras e aparentemente a cooperativa Socasa estará em dificuldades financeiras para ter uma construção iniciada e paralisada há vários anos. Não poderá a Câmara Municipal fazer reverter o Direito que terá cedido à Socasa para execução deste bairro na área destes terrenos que se encontram abandonadas e que poderiam ter outra utilidade para a comunidade da Azambuja? Tais como a construção dum lar de terceira idade e parque urbano? Atualmente serve de local para deposição de diversos resíduos, e pasto (pouco) para ovelhas. É um arruamento muito sinuoso, estreito degradado e que potencia a ocorrência de acidentes e que poderia ser uma alternativa segura a outros percursos.* -----

----- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse relativamente às questões colocadas: Acerca do direito de superfície da Socasa, tinha pedido aos serviços que o informassem. Quanto à requalificação da rua estava previsto fazer ali uma intervenção, estava-se em conversações com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo por causa da passagem do coletor na estrada e que era uma das causas dos buracos e remendos sucessivos da mesma. Disse estar também pensada a colocação de valetas para escoamento das águas pluviais.

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- **ATAS** -----



----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que tendo sido distribuídas aos senhores Deputados da Assembleia as atas relativas às Sessões dos dias 9 de setembro de 2021, 16 de outubro de 2021, e 2 de dezembro de 2021, passar-se-ia à sua votação. Colocadas à votação, foram obtidos os seguintes resultados: -

----- **Ata de 9 de setembro de 2021** – Aprovada por unanimidade dos membros presentes. -----

----- **Ata de 16 de outubro de 2021** – Aprovada por unanimidade, o Sr. Deputado Tiago Santos não participou na votação por não ter estado presente na referida reunião. -----

----- **Ata de 2 de dezembro de 2021** – Aprovada por unanimidade, o Sr. Deputado Tiago Santos não participou na votação por não ter estado presente na referida reunião. -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou da entrada de um Voto de Pesar pelo falecimento de António Cipriano Badajoz, apresentado pelo Chega, e que se transcreve: -----

“ **VOTO DE PESAR**

PROPOSTA DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO CIPRIANO BADAJOZ

Apresentada pelo partido CHEGA, na Assembleia Municipal de Azambuja, no dia 28/12/2021

No dia 24 de dezembro de 2021 faleceu, no Hospital de Santarém, António Cipriano Badajoz, com 93 anos de idade.

É considerado uma das maiores glórias dos bandarilheiros a nível mundial! Deixa uma incomparável carreira como Toureiro, como Artista, como Taurino, como Homem.

Com a Câmara Municipal de Azambuja teve um papel ativo e importante, aquando da inauguração da Praça de Toiros, oferecida pelo Dr. Ortigão Costa, colocando Toureiros e alguns toiros, gratuitamente na realização dessa Corrida de Toiros e nas seguintes nessa temporada, juntamente com um Empresário Tauromáquico.

Colaborou intensamente com a Associação Cultural a Poisada do Campino, em Azambuja, e acompanhou de perto o início da carreira de Novilheiro de Carlos Pimentel. Posteriormente, com Carlos Amorim, projetaram Carlos Pimentel para outros patamares.

Colocamos à consideração da Assembleia Municipal a votação do presente voto de pesar.”-----

----- Colocado à votação, o Voto de Pesar obteve o seguinte resultado: -----

----- **Contra: 1 (CDU) | Abstenção: 0 | Favor: 26 (11 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH, 1 BE)** -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- O Sr. Deputado Francisco Morgado do PS, não participou na votação por se ter ausentado



momentaneamente da reunião. -----

----- O BE apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: *“Eu votei a favor, não pelo que foi descrito, mas porque quanto a mim todos os seres humanos merecem um Voto de Pesar.”* -----

----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

----- A Sra. Presidente da Mesa esclareceu que conforme determinado na Comissão de Representantes os tempos de intervenção de cada Grupo seriam de: 5 m para a CMA, 10 m para o Grupo do PS, 6 m para o Grupo PSD, 4 m para o Grupo CDU, 3 m para o Grupo CH e 2 m para o Grupo BE, num total de 45 minutos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Bruno Borda de Água do Grupo PSD, para pedir esclarecimento sobre a intenção de construção de um bairro social, integrado no Bairro da Socasa, uma vez que estava previsto a construção de habitações de rendas controlada. Pediu ponto de situação sobre o portão instalado na R. Carlos Ribeiro, uma vez que a junta soubera da posição da Câmara solicitando a quem o tinha construído a sua demolição, o que até ao momento não acontecera. Quanto à subestação fotovoltaica a instalar em Vila Nova da Rainha e que ligava as linhas de tensão entre a Quinta da Cerca e o Carregado, quis saber também qual o ponto de situação. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto, do Grupo CHEGA, para perguntar o motivo que levava o Município de Azambuja a não colocar postos para a realização de testes antigénio em alguns locais do concelho. Perguntou se já havia novidades relativamente à reunião tida com a Sra. Ministra da Saúde no sentido da colocação de mais médicos no concelho e em que ponto é que estava o Regulamento de Apoio para a fixação de médicos. Relativamente ao Aterro Triaza e uma vez que fora colocada uma providência cautelar à Câmara de Azambuja, perguntou como estava o processo. No que diz respeito à Escola Básica de Vila Nova da Rainha perguntou se se manteria a sua abertura no início do segundo período, conforme o Sr. Presidente dissesse, ou se estaria já prevista uma nova data. Para finalizar relativamente ao processo da *“matança” da Torre Bela* perguntou se o Sr. Presidente já se fizera assistente no processo e se alguém da Câmara Municipal, já tinha sido chamado a depor. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, para perguntar porque não se encontrara outro local para a vacinação que não o Pavilhão Municipal, privando assim a prática da Educação física aos alunos disciplina que, no caso do ensino secundário, contava para a média final. Perguntou se tinha sido tentado encontrar outras soluções, se havia outros espaços que pudessem ser utilizados e o que é que se pretendia fazer em relação aos alunos das escolas, se a situação se mantivesse. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Natália Peres do Grupo PSD, para perguntar qual o ponto de situação da reunião



entre a Câmara e a Estradas de Portugal relativamente à rotunda da N 366. -----

----- Interveio o Sr. Deputado André Salema do Grupo PS, relativamente à escola da SOCASA, provisória há uma quantidade de anos e em mau estado de conservação, perguntou se o Sr. Presidente tinha planos de desativar a escola e se com a requalificação da escola secundária haveria a hipótese de a encerrar e dar outras condições aos alunos. Na sequência da interdição ao trânsito de pesados em quatro estradas municipais que entroncam desde os Casais até Aveiras de Cima (IP 504, 507, 508 e 513), perguntou se a Câmara ainda tinha a intenção de proibir o trânsito a pesados. Para finalizar perguntou se havia algum desenvolvimento acerca da colocação da fibra ótica no concelho. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, para perguntar qual fora o critério para a instalação de luzes de Natal em Azambuja, pois na R. da Lavandeira que passa à frente da escola secundária, costuma a iluminação ir até ao fim do Bairro da Socasa, porém este ano, apesar de haver um aumento de luzes, foram retiradas as luzes desse bairro. Referiu que há cerca de trinta anos os Cooperantes da Socasa - 1ª fase contraíram um empréstimo junto de instituições bancárias com a finalidade de emprestar dinheiro à Câmara, para que o executivo tivesse capacidade de finalizar as infraestruturas do referido bairro e que alguns dos cooperantes ainda não foram ressarcidos desses montantes. O Sr. Deputado perguntou ao Sr. Presidente quando é que o executivo estava a pensar ressarcir os referidos associados. Para finalizar referiu que a R. João Rodinhas dos Santos dos Casais de Baixo, em que os moradores doaram terrenos para se fazer a rua, continua em chão de terra batida, tendo a população rebatizado a rua com a colocação de uma placa, desta vez em contraplacado, a dizer “R. da Vergonha”. Perante isto perguntou quando é que a Câmara pensava asfaltar a rua. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, para perguntar à Sra. Presidente da Assembleia o motivo de a presente reunião não ser transmitida através do *Facebook*, como de hábito, e apenas através do *Youtube* e se os munícipes tinham sido devidamente avisados da forma como poderiam assistir à sessão. -

----- A Sra. Presidente disse que o Edital publicitário da realização da reunião continha a informação de que a reunião seria transmitida online, não havia a certeza que se conseguisse a tempo transmiti-la pelo *Youtube*, embora fosse já essa a intenção, e que ao contrário dos anteriores editais não referia a transmissão pelo *Facebook*. Contudo a reunião fora publicitada na página do *Facebook* do Município, qualquer munícipe que acesse à página veria a indicação da ligação direta para o canal *Youtube* da Assembleia Municipal, podendo dessa forma assistir à sessão. -----

----- Interveio o Sr. Deputado António Nobre do grupo CDU, relativamente à situação da caducidade de arrendamento dos moradores das Torres em Azambuja, que atitudes tomara a Câmara relativamente ao



assunto, tendo em conta as limitadas competências na área, mas no sentido de ajudar estas famílias na situação difícil que passavam. -----

----- Em resposta às questões colocadas o Sr. Presidente da Câmara, disse que em Vila Nova das Rainha o que se pretendia era a construção de habitação de renda acessiva, quanto ao portão, decorria um processo administrativo para a retirada do mesmo, a pessoa que o colocara já fora intimada para o retirar, não obedecera, ir-se-ia intimar mais uma vez, após o que se não obedecesse à intimação a CMA iria lá com a GNR para proceder à remoção do mesmo. A Central fotovoltaica que poderia afetar Vila Nova da Rainha fora deslocalizada para Alenquer, estando o processo parado no que concerne à quinta da Cerca. Para responder à questão dos testes antigénio, disse que a Câmara procedera à aquisição de mil testes, e que iria definir a estratégia da sua utilização, relativamente à colocação de médicos no concelho disse não ter havido ainda nenhuma colocação, apesar do concurso de ingresso para cinco médicos, e das *démarches* feitas pela Câmara, o Regulamento estava pronto, era intenção levá-lo a uma próxima Reunião de Câmara para ir à Assembleia Municipal de Fevereiro, o Processo da Triaza, estava parado após terem sido ouvidas as testemunhas. O Sr. Presidente informou que a Triaza já instaurara um novo processo à Câmara, na sequência das informações recebidas através do Sr. Pires da CCDD, IGAMAOT e APA, da retirada do amianto. Quanto à abertura da Escola de Vila Nova da Rainha a conclusão dos trabalhos estava prevista para fevereiro, conforme tinha sido referido pelo empreiteiro numa visita do executivo ao estabelecimento escolar, pelo que poderia reabrir em março. Quanto à Torrebela, não se fizera assistente, não fora intimado, a Câmara não fora intimada para nada. A utilização do Pavilhão Municipal para as vacinas, sendo um assunto delicado fora uma decisão tomada na sequência de reuniões com a direção da escola, haviam sido disponibilizados locais alternativos para a prática da Educação física, como a EPAC. A passeadeira na Rotunda na N366, há cerca de quinze dias houvera uma reunião na IP, onde fora dito que a decisão estava para breve. Quanto à escola da Socasa, o problema ficaria mitigado quando se fizessem as obras de ampliação na secundária, o que permitiria a passagem de alunos para lá, ficando apenas na escola da Socasa o 1º ciclo. Relativamente ao tráfego de peados, o assunto iria ser debatido no início do ano, a fibra ótica, a Altice iria investir um milhão de euros no concelho, para a colocação da mesma, dando maior enfoque a Alcoentre, a iluminação natalícia segundo informação do Sr. Vice-Presidente, fora colocado nos mesmos locais do ano anterior, quanto a ressarcir os cooperantes o gabinete jurídico estava com esse assunto em mãos e o asfaltar da rua seria uma realidade, mas não no imediato, quanto à decisão de rescisão dos contratos das habitações propriedade do Fundo, o Sr. Vice-Presidente estava a acompanhar o assunto, tendo ocorrido uma reunião. -----

----- Em resposta à Sra. Deputada Maria João Canilho referiu que se andava a ver com a Direção da escola, de



locais para a prática da Educação física, um deles a EPAC, que já se encontrava vago pois a fábrica da Cerveja já saía de lá, era uma questão de se limpar e torná-lo utilizável para a prática da educação física, o que a verificar-se, esperava que fosse por pouco tempo. -----

VI – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Relatório da Atividade Municipal – Período de 28/8/2021 a 14/12/2021 -----

----- A Sra. Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, perguntou, se já havia indicação para o tipo de processo indicado com o nº 19 e o porquê de os processos 15 e 21 serem ambos da Lisboa e referentes ao mesmo assunto, a que o Sr. Presidente respondeu que o Processo referido no nº 19 fora interposto pela Triaza, que considerara ter havido invasão de espaço privado, aquando de uma limpeza de terrenos que a Câmara efetuara nas imediações. Os processos referidos em 15 e 21 referiam-se a um acerto de contas, entre a Câmara e a empresa, com o qual a Câmara não concordava, pelo que tinha sido posta a ação por parte da empresa. -

----- O Sr. Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS, para referir a obra de requalificação efetuada na fachada do edifício do Valverde, que em sua opinião trouxera outro brilho e brilho ao espaço, pediu ponto de situação da concessão do restaurante. Parabenizou o executivo, por mais um “Jardim de Natal” evento que aliava o espírito natalício à promoção dos produtos do concelho e incentivava o comércio local. Para finalizar desejou que no próximo ano já fosse possível a instalação da pista de gelo, e que esta iniciativa se mantivesse ao longo dos anos. -----

----- A Sra. Deputada Helena Maciel do Grupo PSD, pediu ponto de situação da Central Municipal de Socorro, em termos de instalações e equipamentos, perguntou para quando o finalizar das obras no museu Sebastião Mateus Arenque e o porquê da continuidade de utilização de ambulância no transporte de alunos com mobilidade reduzida, se a Câmara tinha adquirido veículos que comportavam este tipo de transporte. Para finalizar perguntou qual a situação da CERCI, na sequência do apoio que lhe fora concedido, e em termos de pessoal e capacidade ocupacional. -----

----- O Sr. Vice-Presidente informou que a recuperação da fachada do edifício do Valverde, tinha sido pensada por forma a que do exterior se pudesse perceber o que lá dentro existia, incentivando assim as pessoas a usufruir e o museu estava prestes a ser reaberto, e, quanto ao jardim de Natal, incentivara-se a divulgação dos produtos locais, estimulara-se o gosto pela leitura, antes do Natal já tinham sido vendidos 600 livros, houvera a preocupação de, dada a situação pandémica, permitir que pudesse ser visitado em segurança, minimizando o contacto, motivo aliás que impedira a instalação da pista de gelo. -----

----- O Sr. Presidente relativamente à questão da utilização da ambulância explicou a necessidade de assim proceder, havia um menino que dela necessitava e que a aquisição de uma viatura para esse fim estava a ser



ponderada, uma vez que a Lei aplicada a este tipo de transporte, em termos de vida útil para as viaturas, mudara, e assim as três viaturas existentes não necessitavam de ser substituídas no imediato, pelo que a aquisição da nova estava a ser ponderada. -----

----- A Sra. Vereadora Ana Coelho esclareceu relativamente ao CMOS, que já havia instalações e equipamento, faltando finalizar a questão de *software*, que se previa estar pronta em janeiro, prevendo-se que o CMOS pudesse trabalhar em pleno no decorrer de fevereiro. -----

----- Relativamente à questão da CERCI, o Sr. Presidente informou que o município apoiara a mesma e que fora com enorme satisfação que vira a candidatura aprovada, assim como a da Associação N.º Sra. do Paraíso. -----

----- O Sr. Deputado Lúcio Costa do Grupo PS considerou que o relatório da atividade municipal espelhava o enorme trabalho desenvolvido num período de tempo determinado, indo assim ao encontro aos projetos elencados na proposta eleitoral. Perguntou qual a ideia deste executivo relativamente ao Castro de Vila Nova de S. Pedro, para que este tivesse o seu Centro de Interpretação, tão desejado ao longo dos últimos anos, por forma a atribuir ao Castro a importância que o mesmo merecia. -----

----- O Sr. Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, a propósito da intervenção anterior considerou que *“quantidade não era qualidade”*, a propósito da informação da revisão do PDM, solicitou que lhe fosse facultada cópia do contrato com a empresa que a estava a elaborar. Perguntou para quando a substituição do pavimento do parque infantil de Vila Nova da Rainha, o porquê do relançamento do mercado de Manique, se iria recomeçar a obra e em que moldes iria ser feito. Relativamente aos Impostos diretos perguntou a que se devia a diferença entre o valor exatável referido no Orçamento (nove milhões de euros), e o valor arrecadado até 14 de dezembro (cinco milhões e trezentos mil euros), em termos de IMI fora referido o valor três milhões, e o documento apresentava apenas dois milhões, o IMT referia três milhões e novecentos mil euros e fora arrecadado apenas um milhão cento e sessenta e sete mil euros, por outro lado em taxas multas e outras penalidades, era exatável um valor de quinhentos e sessenta e três mil euros e arrecadara-se um milhão e quatrocentos mil euros. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta disse que iria providenciar para que os serviços facultassem a cópia do contrato, que o pavimento do parque infantil de Vila Nova da Rainha, seria a seu tempo substituído, à semelhança de outros parques do concelho que também necessitavam de intervenção. O relançamento devia-se ao facto de o anterior procedimento para a aquisição de equipamento ter ficado deserto, sendo necessário fazer novo concurso. Quanto às diferenças na coleta de impostos, o Sr. Presidente referiu que à data da elaboração do Relatório da Atividade Municipal, 14 de dezembro, faltavam entrar as terceiras tranches, o aumento das taxas reportava-se a um loteamento grande em Vila Nova da Rainha, investimento



que não podia ser previsto aquando da elaboração do orçamento. Para responder ao Deputado Lúcio Costa o Sr. Vice-presidente referiu o Projeto Vila Nova de S. Pedro 3000, em que estava envolvida a Universidade de Arqueologia, a Junta de Freguesia da União de Freguesias e a Câmara Municipal, parceria que estava a resultar muito bem, já se identificaram a primeira e segunda muralhas, já se sabia onde é que passava a terceira, tendo-se feito também outras descobertas importantes ao nível arqueológico. Referiu a comemoração do aniversário e que no decorrer do ano pensava-se reconstruir as muralhas e fazer o Centro de Interpretação, sendo que para isso era necessário a aquisição de alguns terrenos. -----

----- O Senhor Deputado André Salema do Grupo PS, salientou a importância da obra de requalificação da zona ribeirinha e da requalificação da estrada do estadal, perguntou se as obras estavam a decorrer com normalidade ou se estavam a ser afetadas pela crise no ramo da construção civil a nível de mão de obra e matérias-primas, e se se esperava que fossem acabadas no tempo previsto. Sugeriu que manutenção da obra, após conclusão, não fosse descurada, podendo para isso ser contactado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja. -----

----- O Sr. Presidente referiu que as obras referidas enalteciam o espaço e seriam uma mais-valia para os municípios, que estavam praticamente concluídas, e que iria convidar os Srs. Deputados para uma visita ao local, convidaria também para estar presentes os Presidentes da APA e da RH tejo e o Ministro. Disse não haver atraso relativamente a matérias-primas, o tempo ajudara, retomariam os trabalhos no início de janeiro, assim como iniciar-se-ia também a requalificação da R. Vitor Cordon e Moniz da Maia. Quanto à manutenção dos espaços verdes disse que no início do ano reuniria com os Srs. Presidentes de Juntas para abordarem esta e outras matérias. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, que sugeriu que no âmbito da recuperação da fachada do Valverde e da intenção que levava à mesma sugeriu que os valadores, conquanto uma das profissões mais antiga no concelho de Azambuja, não fossem esquecidos e que a Câmara pudesse reavivar e mostrar o papel destes homens e as suas tradições, que levaram o nome de Azambuja por todo o país. -----

----- A Sra. Deputada Cláudia Gomes do Grupo PS, para apresentar um Louvor à Câmara Municipal, que, nestes tempos de pandemia tinha conseguido levar a cabo uma ação cultural de excelência, como os concertos de Natal na Igreja Matriz de Azambuja e em Manique do Intendente, que mobilizara várias coletividades e onde tinham sido aplicadas todas as medidas de segurança, mantendo-se assim uma tradição que não se pode perder. -----

----- A Sra. Deputada Natália Peres do Grupo PSD, perguntou a razão para que dos seiscentos e vinte e seis alunos que usufruíam do transporte escolar, cento e dois estudavam fora do concelho, perguntou se não havia

oferta formativa para estas crianças no concelho der Azambuja, ou que razão havia para a procura noutros concelhos. Perguntou, uma vez que estavam a ser feitos os relatórios, qual o balanço final do projeto BE MORE no concelho. -----

----- Em resposta, o Sr. Presidente disse não haver oferta educativa nas áreas que os alunos pretendiam, pelo que havia necessidade de se deslocarem, sendo apoiados pela Câmara com o transporte escolar. Os Relatórios do projeto *BE MORE* ainda não estavam fechados, quando isso acontecesse seria dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Rodrigo Conceição do Grupo PS, saudou a Câmara pelas atividades culturais desenvolvidas no período compreendido na informação, salientando as jornadas etnográficas, e o programa Artéria, e o esforço feito para que nesta altura de pandemia, a cultura não ficasse para trás. Enquanto habitante de Aveiras de Cima, saudou a Câmara pela execução do parque da Milhariça, que embora não em pleno estava a funcionar, solicitando que não fosse considerado concluído, de forma a ser contemplado com tudo o que estava previsto. -----

----- A Sra. Deputada Marta Diniz do Grupo CDU, relativamente à criação do Centro de Atendimento Jovem na Casa da Juventude, perguntou qual a data prevista para que fosse operativa. Referiu ser de louvar a iniciativa, sendo, contudo necessário que fossem cumpridas as promessas feitas de forma que o espaço fosse de verdadeira inclusão. Perguntou de que modo seria assegurada a representatividade dos jovens do concelho, quer em termos de etnia, sexualidade ou género. Para finalizar referiu que a CDU estaria atenta ao acompanhamento deste espaço. -----

----- O Sr. Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, fez um apelo ao Sr. Vice-Presidente para que fizesse um esforço no sentido de divulgar o passado e a história dos valadores para que os vindouros pudessem vir a conhecer a tradição. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que relativamente ao parque da Milhariça, disse ir ver da disponibilidade da cedência de uma casa que lá se encontrava para permitir a instalação de um barzinho, iria falar com o Sr. Presidente de Junta, era intenção da Câmara proceder à instalação de um skate parque, conforme sugestão da juventude do PSD, para o qual se estava já a fazer um estudo prévio da sua implantação. -----

----- Discutido o documento, nada foi deliberado. -----

----- **Ponto 2 – Derrama** ----- **P 19-A/P/2021**

----- O Sr. Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, perguntou qual a lógica e estratégia da aplicação de uma taxa de 1.5% sobre o IRC, pois a análise que conseguia fazer era que o executivo o que pretendia com a Proposta era apenas arrecadar receita no imediato. Considerou que se deveria olhar para o futuro, na



aplicação deste tipo de taxa e não somente olhar para a receita a arrecadar. Considerou que a aplicação de uma taxa como a que se estava a aplicar, era um obstáculo à instalação de novas empresas no concelho. Perguntou se havia algo pensado no sentido de baixar a taxa a empresas que se quisessem instalar no concelho ao longo dos dois primeiros anos, se as empresas já sediadas que pensassem aumentar os negócios teriam algum tipo de benefício. O PSD não estava contra a existência da taxa e sim com a forma como era cobrada. -

----- O Sr. Deputado António Nobre do Grupo CDU, considerou curiosa a intervenção do anterior Deputado, lembrou que o PSD sempre votara a Proposta pelo que não percebia na mudança de opinião. O Sr. Deputado queria cortar, mas não dissera em quê, considerou que a receita se tem mantido estável ao longo dos últimos anos o que merecia um estudo para apurar a razão do facto. Lembrou que a Proposta respeitava o apoio das pequenas e médias empresas. -----

----- O Sr. Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, na sequência do dissera o Deputado Nobre, considerou que era de facto de pensar porque era que a Derrama se mantinha estável, mas pelos motivos opostos do que este dissera. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse ter ouvido as opiniões dos Srs. Deputados, que não comentava, era a sua opinião expressa, lembrou que grande parte das empresas de maior dimensão instaladas no concelho, não pagavam o imposto no concelho. -----

----- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH, 1 BE) -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 – Participação de 5% IRS** ----- **P 20-A/P/2021**

----- O Sr. Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, considerou que mais uma vez a Proposta só servia para arrecadar receita, disse que a população do concelho era maioritariamente constituída por pessoas de baixo nível económico, o que aliado à situação de pandemia que se vivia, deveria ser motivo para se baixar a taxa da participação. Mais uma vez referiu a falta de estratégia, e a falta de incentivo à fixação de pessoas no concelho. Informou que o PSD votaria contra a Proposta apresentada e mostrou estranheza que a CDU a aprovasse. ----

----- O Sr. Deputado António Nobre do Grupo CDU, lembrou que há uns anos atrás houvera um enorme aumento de impostos, numa altura em que o PSD tinha um governo maioritário. Disse que a CDU sempre defendera a aplicação deste tipo de imposto. Havia necessidade de arrecadar esta receita e outras para poder desenvolver a sua atividade, perguntou ao Deputado Nelson Rodrigues o que era que pretendia cortar e quais as políticas que aplicaria. -----



----- O Sr. Presidente da Câmara, considerou ser de manter a Proposta, poder-se-ia no futuro repensar a mesma de forma diferente, se houvesse condições para isso. -----

----- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 8 (PSD) | Abstenção: 0 | Favor: 20 (12 PS, 5 CDU, 2 CH, 1 BE) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 4 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** ----- **P 21-A/P/2021**

----- A Sra. Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, sugeriu que dentro da Comissão de Ordenamento do Território se poderia fazer alguma reflexão acerca da forma como as operadoras utilizam as ruas e os edifícios, como se fossem delas, sem respeito pela parte estética. Informou que o PSD votaria favoravelmente a Proposta. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse estar de acordo com o que a Sra. Deputada dissera e que já tinha tido algumas reuniões com as operadoras no sentido de corrigirem instalações por demais aberrantes. -----

----- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH, 1 BE) -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 5 – Fixação das Taxas de IMI para 2022** ----- **P 22-A/P/2021**

----- O Sr. Deputado José Martins do Grupo PSD, referiu nada ter a obstar relativamente à taxa a aplicar, o mesmo não podendo dizer relativamente ao minorante a aplicar sobre a mesma, e que iria beneficiar as freguesias de Aveiras de Cima, Alcoentre e União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, baseando-se apenas no critério da percentagem de perda de população referidas nos Censos, pelo que se poderia prever que ao longo dos próximos dez anos as mesmas se manteriam. Referiu que a sua freguesia iria ficar penalizada com o simples facto de ter aumentado a população, em cento e catorze indivíduos, continuava a carecer de reabilitação urbana e de medidas atrativas para a população jovem para combater a desertificação. Com o agravamento da carga fiscal, e não só o IMI mas também ao agravamento no IRS, o passe CP Navegante agravado em relação aos utentes de Azambuja, sem cuidados médicos e ensino básico, não se poderia esperar que a população aumentasse na freguesia de Aveiras de Baixo, num futuro próximo. Referiu que a freguesia tinha uma população com dificuldades financeiras agravadas pela pandemia, o executivo aplicava mais impostos, o que considerou não ser justo nem sensato e ia contra tudo o que havia sido dito na campanha eleitoral. Discordou com a Proposta, que no caso que apresentava retirava a minoração de oito por cento atribuída ao longo dos últimos três anos e pretendia arrecadar receita sem olhar para a real situação dos habitantes do concelho em geral e da freguesia de Aveiras de Baixo em particular. Considerou



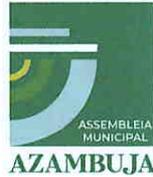
que se o executivo não podia baixar os impostos, o que no mínimo se esperava era que os não agravasse. Informou que o sentido de voto do PSD seria contra. -----

---- A Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, referiu que acreditando que haveria uma alteração em termos de Governo a partir de janeiro, este seria um imposto para acabar, não fazia sentido ter de pagar anualmente uma taxa sobre um imóvel de que se era proprietário. Considerou dever-se ter aplicado a taxa mínima referida na Lei, o que não acontecera. Considerou que a situação da minoração era uma discriminação negativa, pois o valor patrimonial já diferia de freguesia para freguesia. Não colhia o argumento apresentado, pelo executivo, que baseava a minoração a algumas freguesias com os censos. Referiu que neste mesmo dia a Câmara tinha aprovado o Orçamento, onde aumentara em 5% de forma igualitária os valores a transferir para todas as freguesias, não tendo em consideração o aumento ou decréscimo populacional de freguesia para freguesia. -----

---- O Sr. Deputado Tiago Santos do Grupo PSD, considerou muito difícil aceitar a Proposta que penalizava as freguesias que mais tinham crescido nos últimos anos. Referiu que cada vez se assistia ao abandono por parte dos jovens e a sua fixação nos concelhos limítrofes devido à dificuldade em arranjar habitação. Somando os impostos que agora o executivo queria aplicar, cada vez se assistiria mais à desertificação por parte dos jovens. Os jovens precisavam de incentivos para a sua fixação, a Proposta não tinha outro propósito que o arrecadar receita. -----

---- O Sr. Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE, disse não perceber que o único fator que determinasse o abaixamento do imposto fosse consequência dos Censos, considerou que deveria ter existido um abaixamento da taxa, generalizado a todas as freguesias, e, dever-se-ia analisar quais as freguesias, vendo todos os fatores que contribuíam para a vida que as pessoas tinham e aplicar discriminação positiva, assim como se podia também ter um imposto mais penalizado para proprietários de imóveis abandonados e degradados anos a fio. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Borda de Água do Grupo PSD, considerou que Vila Nova da Rainha tinha sido discriminada de forma negativa, ao não ser contemplada com minoração. A Câmara tinha-se baseado única e exclusivamente na redução de população que era um ponto de vista redutor da complexidade das realidades das freguesias. No caso de Vila Nova da Rainha o aumento traduzia-se em quarenta e sete habitantes muitos deles migrantes, transitórios a viver em casas super lotadas. Considerou que a freguesia sofria com o aumento de tráfego automóvel na N3, caótico nas horas de ponta, o que afastava as pessoas de lá se quererem fixar, aplicar um minorante poderia incentivar que isso acontecesse. -----



----- O Sr. Deputado António Nobre do Grupo CDU, recomendou aos Srs. Deputados que se tinham pronunciado contra as minorações que lessem o artigo 112 do Código do IMI, pois assim perceberiam o mecanismo que vinha sendo aplicado ao longo dos últimos anos para a redução ao nível do concelho. Lembrou que a receita arrecadada com o IMI era importante para que o município pudesse desenvolver as suas atividades. Falando na N3 e no caso de Vila Nova da Rainha, que se sentia prejudicada com o aumento de tráfego, decorrente da instalação de novas empresas, e que também criava emprego, o que não acontecia com outras freguesias. -----

----- O Sr. Presidente disse ter ouvido as opiniões dos Srs. Deputados, mas de facto o conjunto de impostos apresentados na sessão eram fundamentais para que a Câmara pudesse desenvolver a sua atividade, em todas as vertentes e também no apoio às Juntas de Freguesia. -----

----- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 10 (8 PSD, 2 CH) | Abstenção: 3 (2 PS, 1 BE) | Favor: 15 (10 PS, 5 CDU) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- O CHEGA apresentou a Declaração de Voto de Vencido que se transcreve: *“Não faz sentido a discriminação entre as diferentes Freguesias do concelho, pois o Código do IMI já tem em conta o fator localização e já diferencia de Freguesia para Freguesia”*. -----

----- **Ponto 6 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal — Proc. 31/21 PIP¹ - GEPACK ----- P 27-A/P/2021**

----- O Sr. Deputado Carlos Pires do Grupo PSD, referiu que o início da revisão do PDM remontava a 1999, não se compreendia o não avanço da sua revisão, continuando assim a necessidade da Declaração de Interesse Público Municipal para sanar a falta do documento, fundamental para o município. Esta Declaração deveria ser emitida somente em situações de verdadeiro interesse público municipal. O voto favorável do PSD, advinha de as empresas não terem culpa do desinteresse da Câmara Municipal em resolver o assunto ao longo dos últimos vinte e seis anos. -----

----- A Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, perguntou qual a situação dos trabalhos relacionados com o PDM e se já existia um regulamento para atribuição de reconhecimento de Interesse Público Municipal, pois assim haveria equidade, com parâmetros definidos para todas as empresas. Caso isso não acontecesse e enquanto não existisse um regulamento com critérios e parâmetros bem definidos, o CHEGA votaria sempre contra este tipo de Proposta, ainda que nada tivesse contra a empresa em si, mas contra a confusão gerada em torno de isto tudo. -----



----- O Sr. Presidente da Câmara disse que já tinha sido retomada a revisão do PDM, que concordava com a elaboração do regulamento e que esta forma de resolver o assunto era perfeitamente legal, e que mesmo após a revisão do PDM, continuaria a poder ser utilizada. -----

----- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 2 (CH) | Abstenção: 0 | Favor: 26 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 1 BE) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

VII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, quando a Sra. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do *Youtube* no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://www.youtube.com/watch?v=8wx7MhRaIKM&t=9746s> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo

